

Economistas descartam *Divida Pública* crescimento em 2002

Ricardo Rego Monteiro
do Rio

O novo acordo de capital, atualmente avaliado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, poderá dificultar ainda mais o equilíbrio das contas públicas do Brasil a partir de 2002. Ao prever a adoção das agências classificadoras de risco como parâmetro de avaliação de exposição bancária, por exemplo, o acordo poderá restringir ainda mais o fluxo de capitais para os chamados países emergentes.

Presente no primeiro dia do Seminário Internacional Desenvolvimento no Século XXI, em homenagem ao economista argentino Raúl

Prebisch, a economista Daniela Magalhães Prates, da Unicamp, justificou a preocupação ao lembrar que, além das eleições presidenciais, o próximo ano também será marcado por novas especulações de calote (déficit) da Argentina e desaceleração das economias americana e européia. Com isso, disse, a equipe econômica terá grandes dificuldades de quitar o déficit em conta corrente.

Diante disso, tanto Daniela quanto André Moreira Cunha, economista do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) consideram praticamente descartada a possibilidade de retomada do crescimento econômico do País em 2002. "O problema é que as agências de classificação de risco não são as instituições mais adequadas para servirem de referência ao mercado. Além de não terem antecipado as crises asiática e russa (em 1997 e 1998), elas reagem aos movimentos dos bancos, contribuindo para piorar o chamado 'efeito manada' dos mercados", disse.

Moreira Cunha corrobora as preo-

cupações da economista da Unicamp ao lembrar, ainda, que organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão impondo cada vez mais contrapartidas aos empréstimos a países emergentes. O FMI, por exemplo, condicionou o empréstimo à Argentina à abertura de negociações dos países do Mercosul com os EUA para criação de uma área de livre comércio.

O diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI-UFRJ),

João Carlos Ferraz, acredita que os efeitos da retração econômica dos EUA serão sentidos não só pelos países da América Latina, extrema-

mente dependentes do capital internacional, mas também pelas grandes corporações industriais. Empresas como a Volkswagen, por exemplo, vão sofrer as consequências do que já começa a ser interpretado como recessão dos EUA, ao verem reduzidas as exportações para território americano de sua linha de montagem mexicana.

Ferraz analisa que a retração nos chamados países centrais representa o fim de um ciclo histórico-econômico marcado pelo chamado Consenso de Washington. Tal fenômeno, segundo ele, será marcado pelo retorno de práticas como substituição de importações e maior presença do estado na economia, mas de uma forma menos ostensiva que no período compreendido pelas décadas de 50 a 70, quando vigoravam práticas keynesianas de intervenção estatal.

Ao contrário de representar o fim da cooperação econômica internacional, e dos blocos regionais, o refluxo da globalização poderá, ao contrário, ser uma oportunidade de alavanca-
gem do Mercosul, segundo Ferraz.

**Professor da UFRJ
prevê a volta da
substituição de
importações e uma
maior presença do
estado na economia**